



Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

C.N.P.J. 47.177.225/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 1999.

São Caetano do Sul, 13 de agosto de 1999.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	1999	1998		1999	1998
A T I V O			P A S S I V O		
CIRCULANTE	4.829	3.055	CIRCULANTE	181	42.800
DISPONIBILIDADES	9	291	DEPÓSITOS	-	29.569
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4.016	249	Depósitos Interfinanceiros	-	29.569
Aplicações no Mercado Aberto	4.016	249	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	-	337
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	784	-	Empréstimos no País - Outras Instituições	-	337
Carteira Própria	786	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	181	12.894
(Provisões para Desvalorizações)	(2)	-	Fiscais e Previdenciárias	142	51
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	838	Diversas	39	12.843
Operações de Arrendamento e Subarrendamento a Receber	-	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	23.329
- Setor Privado	-	33.274	DEPÓSITOS	-	4.963
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-	(32.436)	Depósitos Interfinanceiros	-	4.963
OUTROS CRÉDITOS	18	892	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	-	224
Diversos	18	892	Empréstimos no País - Outras Instituições	-	224
OUTROS VALORES E BENS	2	785	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	18.142
Outros Valores e Bens	-	1.242	Sociais e Estatutárias	-	571
(Provisão para Desvalorização)	-	(459)	Fiscais e Previdenciárias	-	6.055
Despesas Antecipadas	2	2	Diversas	-	11.516
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	(1.329)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.648	26.514
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	(6.224)	Capital:		
Operações de Arrendamento e Subarrendamento a Receber	-	-	- De Domiciliados no País	4.324	13.452
- Setor Privado	-	18.459	Reserva de Capital	-	1.736
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-	(18.459)	Reserva de Lucros	16	1.362
Operações de Arrendamento e Subarrendamento em Atraso	-	-	Lucros Acumulados	308	9.964
- Setor Privado	-	530			
Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	-	-			
- Setor Privado	-	519			
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	-	(7.273)			
OUTROS CRÉDITOS	-	4.895			
Diversos	-	4.895			
PERMANENTE	-	90.917			
INVESTIMENTOS	-	-			
Outros Investimentos	-	15			
(Provisões para perdas)	-	(15)			
IMOBILIZADO DE USO	-	213			
Outras Imobilizações de uso	-	405			
(Depreciações Acumuladas)	-	(192)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	-	90.689			
Bens Arrendados	-	118.576			
(Depreciações Acumuladas)	-	(44.855)			
Superveniência de Depreciação	-	16.968			
DIFERIDO	-	15			
Gastos de organização e expansão	-	108			
(Amortizações Acumuladas)	-	(93)			
TOTAL DO ATIVO	4.829	92.643	TOTAL DO PASSIVO	4.829	92.643

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 1999	4.324	-	-	-	4.324
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	324	324
Destinação do Lucro:					
- Reserva Legal	-	-	16	(16)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999	4.324	-	16	308	4.648
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 1998	13.452	1.736	1.362	9.986	26.536
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	(22)	(22)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1998	13.452	1.736	1.362	9.964	26.514

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme comentado na Nota 11, a Sociedade em 30 de novembro de 1998, foi cindida, descontinuando suas atividades operacionais de arrendamento mercantil. Assim sendo, as notas explicativas a seguir são aplicáveis principalmente aos saldos das contas em 30 de junho de 1998.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis emanam da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: as disposições da Portaria MF nº 140/84; os encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos e, quando aplicável, o efeito dos ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização; as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período; e o efeito do ajuste a valor presente das contraprestações a receber das operações de arrendamento mercantil (Nota 9).

(b) Ativos e Passivos, Circulante e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, incluindo os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. Os respectivos saldos, realizáveis e exigíveis, com vencimento em até doze meses, são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira e as normas e instruções do BACEN.

(c) Permanente

Os bens são registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e a depreciação do custo dos bens arrendados é efetuada pelos prazos normais previstos na legislação vigente, acelerados em 30%, segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84, com taxas anuais que variam de 10% a 57,14%.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados observando-se a legislação específica, utilizando-se as seguintes alíquotas: Imposto de Renda – 15%, acrescido do adicional de 10%, e Contribuição Social – no período de janeiro a abril - 8% e de maio e junho – 12%.

3. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Estão lastreadas por Notas do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 4.016 e, em 30.06.1998, por Letras do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 249.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira própria é composta por Letras Financeiras do Tesouro no valor de R\$ 786.

5. ARRENDAMENTOS E RECURSOS PARA ARRENDAMENTOS

Arrendamentos – Os contratos têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuadas a taxas pré ou pós-fixadas. Obrigações por Empréstimos – Eram representadas em, 30/06/98, basicamente por recursos captados através da Resolução nº 63/67 do BACEN, junto a instituições no País, com vencimentos mensais até o ano 2000, e sujeitas a encargos financeiros correspondentes à variação cambial acrescida de juros de 10,04% a.a.

6. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Durante o primeiro semestre de 1998 a referida provisão teve a seguinte movimentação:

Saldos em 01 de Janeiro

Constituição do período 901
Baixas do período (207)
Saldos em 30 de Junho 7.273

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSOS

As respectivas contas em 30 de junho de 1998 são compostas basicamente por créditos tributários no ativo, R\$ 4.543 e por credores por antecipação de valor residual R\$ 24.140 mil

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

Representa os bens relacionados aos contratos de arrendamento, e tem, em junho de 1998, a seguinte composição:

Aeronaves	634
Instalações	39
Máquinas e Equipamentos	25.660
Veículos e Afins	86.354
Outros Bens	2.025
Depreciações Acumuladas	(44.855)
Superveniências de Depreciação	16.968
Perdas de Arrendamentos a Amortizar	3.864
Total	90.689

Em 30 de junho de 1998, os bens estavam comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando do término dos respectivos contratos de arrendamento, pelo valor de R\$ 18.619.

O seguro dos bens arrendados era efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da sociedade.

9. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

Foi registrada provisão para superveniência de depreciação no valor de R\$ 1.595 em 30.06.98, classificada como receita de operações de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste ao efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, de conformidade com a Instrução nº 58/86 da CVM e Circular nº 1.429/89 do BACEN.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Em 30 de junho de 1998 era representada, basicamente, por provisão para IR diferido no valor de R\$ 4.893.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é constituído por 100.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Conforme disposição estatutária, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Conforme decisão da Administração da Sociedade, em 30 de novembro de 1998, ocorreu uma cisão do Patrimônio Líquido no valor total de R\$ 27.272, para incorporação, inclusive de suas operações ativas e passivas pela Santander Noroeste Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. O controle acionário também foi transferido para a citada Sociedade, que após a incorporação, efetuou através da AGE de 9/12/98, um aumento de capital de R\$ 4.000, com a emissão de 8.595.955 novas ações ordinárias nominativas, sem valor valor nominal, para atender à exigência de Capital Mínimo e de Patrimônio Líquido Mínimo do Banco Central do Brasil.

12. ACORDO DE BASILÉIA (LÍMITE OPERACIONAL)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por valores que variam de 0% a 100%, conforme

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3)A Sociedade registra as suas operações e elabora suas demonstrações contábeis com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas 8 e 9). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamentos, mas resultam na apresentação do lucro líquido e patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

(4)Em nossa opinião, exceto quanto à não-reclassificação mencionada no parágrafo (3), as

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	1999	1998
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	707	24.122
Operações de Arrendamento Mercantil	-	24.081
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	707	41
DESpesas DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(99)	(22.967)
Operações de Captação no Mercado	(99)	(3.930)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	(374)
Operações de Arrendamento Mercantil	-	(17.762)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(901)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	608	1.155
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(145)	(1.174)
Despesas de Pessoal	-	(570)
Outras Despesas Administrativas	(48)	(336)
Despesas Tributárias	(97)	(697)
Outras Receitas Operacionais	-	431
Outras Despesas Operacionais	-	(2)
RESULTADO OPERACIONAL	463	(19)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(47)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	463	(66)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(139)	44
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	324	(22)
Nº de ações:	100.000.000	91.404.045
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação: R\$	0,0032	(0,0002)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (R\$ mil)

	1999	1998
ORIGEM DOS RECURSOS	5.142	24.943
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	324	14.255
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	324	(22)
Depreciações e Amortizações	-	16.081
Superveniências (Insuficiências) de Depreciações	-	(1.595)
Provisão para perdas em Investimentos por Incentivos Fiscais	-	1
Provisão para bens não de uso próprio	-	(210)
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:	4.818	10.688
Aumento dos Subgrupos do Passivo	181	5.002
Outras Obrigações	181	5.002
Diminuição dos Subgrupos do Ativo	4.637	1.726
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.637	201
Operações de Arrendamento Mercantil	-	666
Outros Créditos	-	859
Alienação de Bens e Investimentos	-	3.960
Bens não de uso próprio	-	140
Imobilizado de Uso	-	1
Imobilizado de Arrendamento	-	3.819
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	5.133	24.867
INVERSÕES EM:	-	20.496
Imobilizado de Arrendamento	-	20.496
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	804	-
Títulos e Valores Mobiliários	784	-
Outros Créditos	18	-
Outros Valores e Bens	2	-
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	4.329	4.371
Depósitos	4.329	2.017
Obrigações por Empréstimos	-	2.354
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	9	76

MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:

Disponibilidades -	-	215
Início do Semestre	-	291
Fim do Semestre	9	291
Aumento das Disponibilidades	9	76

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

Resolução nº 2.099/94 do BACEN e disposições complementares.

Em 30 de junho de 1999, o patrimônio líquido do Conglomerado Financeiro Santander, do qual esta instituição faz parte, correspondia a 16,9% do total dos ativos ponderados, para um limite mínimo exigido de 11%.

13. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas, principalmente com o Banco Santander Brasil S.A., são resumidas como segue:

	1999		1998	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	9	-	291	-
Aplicações no Mercado Aberto	4.016	219	249	41
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	-	182	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	(99)	(34.532)	(3.930)
Empréstimos (Res. nº 63/67do BACEN)	-	-	(561)	(50)

As operações foram realizadas pelos prazos e taxas médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade, em 30 de junho de 1999 e 1998, não mantinha operações com instrumentos financeiros, cuja divulgação é requerida pela circular nº 2.583/95 do BACEN.

O valor presente da carteira de arrendamento mercantil, incluindo os valores recebidos antecipadamente e os adiantamentos a fornecedores, correspondia em 30.06.98 a R\$ 61.164. Conforme previsto no Ofício Circular nº 01, da CVM, de 03.01.1996, a Sociedade está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, as quais encontram-se registradas de acordo com a lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento.

15. BUG DO MILÊNIO

Para a mudança de data na passagem para o ano 2000, chamada "Bug do Milênio", a Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., em conformidade com a Resolução 2.453/97 do BACEN, promoveu a conversão/adaptação de 100% de seus sistemas. Estas informações não foram examinadas pelos auditores independentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ANTÔNIO MOTA DE SOUSA HORTA OSÓRIO

Conselheiros